

MAIS UM PUXÃO DE ORELHA

Uma semana após a onda de ataques do PCC, Anistia Internacional divulga relatório em que volta a criticar o país pela violência policial, tortura nas delegacias e condições degradantes dos presídios

PALOMA OLIVETO
DA EQUIPE DO CORREIO

Dez dias depois de o Primeiro Comando da Capital (PCC) ter deflagrado uma onda de violência em São Paulo, a Anistia Internacional lançou um documento no qual cobra maior empenho do governo brasileiro nas reformas da segurança pública. No Informe Anual 2006, a organização não-governamental (ONG) sediada na Inglaterra critica, principalmente, o sistema prisional. O diagnóstico é que os governos estaduais falharam na implementação consistente de políticas de segurança pública. Já o governo federal teria se concentrado mais na formação de policiais do que na capacitação dos agentes para os direitos humanos. "Como resultado, os residentes de comunidades carentes continuaram a sofrer ações policiais discriminatórias, invasivas e violentas que não combateram o crime nem ajudaram a criar qualquer tipo de segurança."

O representante da AI no Brasil, Tim Cahill, afirma que a situação do estado paulista não surpreende os relatores. "A violência que ocorreu em São Paulo é algo que já vem sendo denunciado por nós. Mostra que a situação está piorando e que se faz cada vez mais necessária uma política que reconheça os problemas de segurança pública, do sistema carcerário do país, que vão ter impacto sobre a população e sobre os policiais, que estão na linha de frente", diz Cahill.

Segundo a ONG, que enviou relatores ao Brasil em 2005, execuções extrajudiciais, uso excessivo da força por parte de policiais e aplicação de tortura nas delegacias ainda são práticas comuns no país. "Muitos estados continuaram a defender ações rigorosas da polícia para combater os elevados índices de criminalidade", aponta a organização. Os relatores justificam a existência de execuções sumárias a partir do número de pessoas mortas pela polícia em situações registradas como "resistência seguida de morte". Entre 1999 e 2004, foram registrados mais de 9 mil casos desse tipo somente no Rio de Janeiro e em São Paulo. "As investigações sobre este tipo de morte continuaram a ser mínimas", destacam os relatores. Esta não é a primeira vez que o Brasil é reprimido pela Anistia Internacional. No relatório de 2005, o país foi alvo de críticas pelos mesmos motivos.

Nas visitas ao Brasil, os funcionários da AI ouviram relatos sobre violação dos direitos humanos por parte de policiais federais e estaduais envolvidos em atividades criminosas. Também se informaram sobre a atuação de "esquadrões da morte", formados por policiais da ativa e da reserva. Um dos exemplos citados é a chacina ocorrida em março do ano passado na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro. Vinte e nove pessoas foram assassinadas em Queimados e Nova Iguaçu por homens que passaram disparando pelas ruas. Dez PMs e um ex-policial foram acusados de assassinato. A investigação apontou que os suspeitos do massacre estavam relacionados a, pelo menos, outros 15 homicídios anteriores.

Encurralados

"Embora as estatísticas oficiais de homicídios cometidos pela polícia tenham diminuído em São Paulo, os grupos de defesa dos direitos humanos e os moradores de comunidades carentes relataram vários homicídios múltiplos alegadamente cometidos por agentes da polícia", diz o relatório. Um dos casos é o do massacre de cinco rapazes, com idades entre 14 e 22 anos,

na comunidade de Morro do Samba, em Diadema (SP). Durante uma operação policial, 35 agentes encurralaram os rapazes numa casa e dispararam rajadas de metralhadora através da porta e do telhado. "As investigações foram encerradas depois de a Correge-

doria ter alegado que as vítimas eram todas traficantes de drogas. Os familiares de alguns dos jovens mortos foram obrigados a deixar o bairro por receio de represálias", denuncia a ONG.

A AI também cita os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito

(CPI) da Câmara dos Deputados sobre os grupos de extermínio que agem no Nordeste. O relatório do deputado Luiz Couto (PT-PB) aponta a participação de policiais da ativa, de autoridades públicas e empresários em esquadrões da morte que agem em nove estados.

No relatório divulgado ontem, a AI condena as condições das prisões brasileiras, consideradas "cruéis, desumanas e degradantes". "A superlotação, as más condições sanitárias e a falta de instalações de saúde contribuíram para a ocorrência de motins frequentes e para os elevados índices de violência entre prisioneiros", sustenta. "Continuaram a ser usados regimes especiais para punir prisioneiros considerados culpados de cometer crimes dentro do sistema prisional, embora em julho o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça os tenha considerado inconstitucionais e contrários aos padrões internacionais de proteção dos detentos", diz o relatório. O Ministério da Justiça informou que só irá se pronunciar quando receber o relatório oficialmente.



ATENTADOS CONTRA GARANTIAS INDIVIDUAIS

Segundo o relatório da Anistia Internacional, 2005 foi um ano "de contradições, em que os sinais de esperança para os direitos humanos foram desapontados pelas promessas não cumpridas das grandes potências". O Informe 2006 destaca os maus gastos de recursos com segurança pública, "sacrificando princípios em nome da guerra contra o terror", e provocando atentados contra as garantias individuais. No Brasil, além da fragilidade das políticas que deveriam garantir segurança à população, a ONG cita os conflitos agrários, as ameaças contra defensores de direitos humanos e a impunidade.

PROBLEMAS IDENTIFICADOS NO BRASIL

- Poucas iniciativas políticas na área de direitos humanos. As propostas do governo federal ainda aguardam implementação
- Nenhum estado adotou reformas na segurança pública
- Violações dos direitos humanos sob custódia policial, incluindo execuções, torturas e uso excessivo da força
- Condições degradantes e desumanas no sistema prisional
- População indígena como alvo de assassinatos e expulsão forçada de suas terras ancestrais
- O governo federal não cumpriu a promessa de demarcar todas as reservas até 2006
- Impunidade em relação às violações dos direitos humanos
- Lentidão dos processos judiciais e relutância do Judiciário em julgar casos de violações dos direitos humanos

Fonte: Informe Anual 2006, Anistia Internacional

Arte de Amaro Junior sobre foto de Bruno Domingos/Reuters/1.12.05

O PERFIL DOS PRESIDIÁRIOS

A Fundação Getúlio Vargas divulgou ontem o estudo "Retratos do Cárcere", que traça o perfil dos presidiários dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Este último, o que tem maior concentração de detentos do país, berço do Primeiro Comando da Capital (PCC). Segundo o pesquisador Marcelo Neri, que usou dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os "trágicos acontecimentos recentes ocorridos em São Paulo precipitaram um debate acalorado sobre os determinantes sócio-econô-

micos da criminalidade". O governador Cláudio Lembo (PFL) chegou a afirmar, duas vezes, que a crise da violência estava associada à formação social brasileira.

Em São Paulo, foram analisados dados de 5,4 mil presidiários, de um universo de 140 mil. A maioria é jovem e negra: 54,9% têm entre 20 e 20 anos, e 35,8% se definem como pardos ou negros. São índices altos, comparados ao restante da população paulistana, onde esta faixa etária corresponde a 18,2%, e os negros são 26,3%. A população carcerária de São Paulo é basicamente masculina: 97,7% dos encarcerados são homens.

De acordo com Neri, homens têm 46,3 mais chances de se tornarem presidiários do que mulheres. O se-

gundo fator de risco é o estado civil, diz o pesquisador. Solteiros têm 4,8 mais probabilidade de serem encarcerados do que casados. "Os solteiros talvez estejam mais propensos a aceitar riscos por não terem famílias."

Ao contrário do que sugeriu o presidente Lula, para quem a falta de acesso à educação é o principal determinante do ingresso na criminalidade, a escolaridade aparece em terceiro lugar na lista de fatores que podem levar alguém a ser preso. Pessoas com até seis anos de instrução têm 2,2 vezes mais probabilidade de estarem presas do que as que têm mais anos de estudos. A síntese de fatores adversos leva ao perfil do presidiário: homem, negro, solteiro e com baixa escolaridade. (PO)